

AMAMENTAÇÃO PROLONGADA EM UMA COORTE POPULACIONAL: RESULTADOS PARCIAIS DA SEGUNDA FASE DO ESTUDO CLAB

COLOMBARA, D. F.; CARVALHAES, M. A. B. L.; MINHARRO, M. C. O.

RESUMO

DOI: 10.47094/978-65-6036-515-5/20

Introdução: A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza a amamentação exclusiva por seis meses, seguida de amamentação com alimentos complementares até os dois anos ou mais. A definição de aleitamento materno prolongado (AMP) ainda carece de consenso, ora definido como acima de dois anos, ora acima de um ano. No Brasil, há poucos estudos sobre essa prática devido à ênfase na identificação de fatores capazes de prevenir o desmame precoce (antes dos seis meses). A ocorrência, fatores associados e repercussões tardias da amamentação prolongada sobre o estado nutricional ainda não estão bem conhecidas, sendo o foco do presente estudo. Objetivo: Identificar a incidência de aleitamento materno prolongado (acima de um ano) e sua associação com algumas características de crianças aos 8 anos de idade em uma coorte populacional. Métodos: Trata-se de resultados preliminares de um sub-projeto inserido na fase dois do Estudo CLaB (Coorte de Lactentes de Botucatu). Na fase 1, foi formada uma coorte de nascimento (n=656), acompanhada até 12 meses. Atualmente, estão sendo revisitadas todas as crianças desta coorte para nova avaliação de vários aspectos de sua saúde, desenvolvimento, estado nutricional e alimentação. A duração do aleitamento materno foi investigada mediante entrevistas presenciais no primeiro e aos 3,6,9 e 12 meses. Na fase 2, as mães das crianças ainda amamentadas aos 12 meses estão sendo interrogadas sobre a idade da criança quando ocorreu o desmame completo. As análises aqui descritas envolveram a comparação da ocorrência do AMP segundo características das crianças, com destaque para seu estado nutricional atual. As diferenças foram submetidas ao teste do qui-quadrado, considerando associação significativa quando $p < 0,05$. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP (nº parecer 5.382.030). Resultados: Os dados aqui apresentados são referentes a 296 crianças. Dessas, 99 (33,5%) foram amamentadas por mais de um ano, ou seja, tiveram AMP. Houve diferenças na ocorrência do AMP segundo algumas características das crianças: 35,5%, 34,1% e 10,5% em brancas, pardas e pretas, respectivamente; 38,97% e 28,75% em meninas e meninos, respectivamente. Verificou-se que dentre as crianças amamentadas por menos de um ano a ocorrência de pelo menos uma internação hospitalar foi mais frequente, quando comparadas àquelas que receberam AMP ($p=0,03$). Quando considerado o estado nutricional, de acordo como o escore z do IMC/idade/sexo, não houve diferenças estatisticamente significativas na ocorrência do AMP: 22,22% nas crianças com baixo peso; 33,74% nas eutróficas; 29,03 % nas com sobrepeso; 37,93% nas obesas ($p=0,66$). Também não houve diferenças significativas nas medianas do escore Z de altura/idade aos 8 anos segundo aleitamento materno prolongado (sim ou

não). Conclusões: Um terço das crianças da coorte foi amamentada por mais de um ano, proporção que foi menos frequente em pretas e meninos. Em crianças não amamentadas por mais de um ano, a ocorrência de pelo menos uma internação hospitalar foi maior. Com os dados coletados até o momento, não foi detectada associação entre AMP e o estado nutricional aos 8 anos de idade.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação prolongada. Leite materno. Saúde materno-infantil.